



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 94785 de 13/03/2013
Edição Eletrônica nº 19533



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2011. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que fizerem necessários.

Blumenau, 08 de fevereiro de 2013.

A Diretoria

SENIOR SISTEMAS S.A. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Valores expressos em reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2012	(Nota 16) Reclassificado 2011		Nota	2012	2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.846.522	6.058.292	Empréstimos e financiamentos	9	2.716.924	2.950.549
Contas a receber de clientes	5	10.119.954	11.122.512	Fornecedores		510.827	1.843.144
Adiantamentos	6	706.699	1.410.894	Salários e encargos sociais	10	8.378.795	7.604.666
Estoques		131.019	252.520	Obrigações tributárias	11	907.233	1.122.196
Impostos a recuperar		448.784	275.106	Adiantamentos de clientes		82.933	98.209
Despesas do exercício seguinte		227.458		Outras contas a pagar		426.563	
Total do ativo circulante		15.480.436	19.119.324	Total do passivo circulante		13.023.275	13.618.764
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	1.224.185	140.098	Empréstimos e financiamentos	9	9.722.978	5.987.179
Depósitos judiciais		466.007	466.007	Obrigações com pessoas físicas ligadas			766.442
Realizável a longo prazo		1.690.192	606.105	Resultado Diferido		58.505	1.586
Imobilizado	7	33.970.541	27.156.151	Total do passivo não circulante		9.781.483	6.755.207
Intangível	8	6.761.640	14.342	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		42.422.373	27.776.598	Capital social integralizado	12.1	14.152.850	1.200.000
TOTAL DO ATIVO		57.902.809	46.895.922	Reservas de capital		5.167	5.167
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras				Reservas de lucros	12.2	845.046	240.000
				Lucros acumulados	12.3	20.094.988	25.076.784
				Total do Patrimônio Líquido		35.098.051	26.521.951
				TOTAL DO PASSIVO		57.902.809	46.895.922
				As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em reais.

	Nota	2012	2011			2012	2011
RECEITA BRUTA		114.186.096	93.849.011	LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		16.150.083	15.483.988
DEDUÇÕES DA RECEITA				(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS			
Impostos faturados e AVP		(6.663.926)	(5.276.744)	Despesas financeiras		(1.432.315)	(537.608)
RECEITA LÍQUIDA		107.522.170	88.572.267	Receitas financeiras		823.925	1.904.478
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		(64.053.996)	(49.926.770)			(608.390)	1.366.870
LUCRO BRUTO		43.468.174	38.645.497	LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.541.693	16.850.858
(DESPESAS) E RECEITAS				Contribuição social	3.c)	(951.604)	(1.337.996)
Com vendas		(13.078.334)	(12.035.637)	Imposto de renda	3.c)	(2.489.179)	(3.497.669)
Gerais, administrativas, serviços e tecnologia	17		(11.134.963)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.100.910	12.015.193
Administrativas	17	(9.324.534)		QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO PERÍODO	12.1	1.213.101	1.200.000
Gerais, serviços e tecnologia	17	(4.232.073)		LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		9,98	10,01
Amortização ágio investimento	8	(812.472)		As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras			
Resultado de equivalência patrimonial		63.153	9.091				
Outras receitas		66.169					
		(27.318.091)	(23.161.509)				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores expressos em reais

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.200.000	5.167	240.000	17.391.734	18.836.901
Lucro líquido do exercício (R\$ 10,01 por ação)	12.3				12.015.193	12.015.193
Dividendos distribuídos (R\$ 3,61 por ação)					(4.330.143)	(4.330.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.200.000	5.167	240.000	25.076.784	26.521.951
Aumento capital com lucros acumulados	12.1	12.800.000			(12.800.000)	
Aumento capital em função da incorporação	12.1	152.850				152.850
Resultado líquido oriundo de incorporação	12.4				(53.598)	(53.598)
Lucro líquido do exercício (R\$ 9,98 por ação)	12.3				12.100.910	12.100.910
Destinações do lucro líquido do exercício						
- Reserva legal	12.2			605.046	(605.046)	
- Dividendos distribuídos (R\$ 2,99)					(3.624.062)	(3.624.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		14.152.850	5.167	845.046	20.094.988	35.098.051

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO** Valores expressos em reais

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>(Nota 16) Reclassificado 2011</u>
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		15.541.693	16.850.858
+ / (-) Ajustes por:			
Resultado líquido oriundo de incorporação	12.4	(53.598)	
Depreciações e amortizações - resultado do exercício		2.054.297	778.529
Depreciações e amortizações - oriundas de incorporação		286.570	
Resultado Diferido		56.919	(26.774)
Juros provisionados sobre financiamentos		1.049.023	578.527
Sub-total		18.934.904	18.181.140
(Aumento) ou Diminuição nos ativos e passivos:			
Contas a receber - clientes		1.002.558	(2.257.932)
Contas a receber - clientes (não circulante)		(1.084.087)	523.963
Adiantamentos		704.195	(7.228)
Estoques		121.501	(252.520)
Impostos a recuperar		(173.678)	161.650
Despesas do exercício seguinte		(227.458)	
Depósitos judiciais			(466.007)
Aumento ou (Diminuição) nos ativos e passivos:			
Fornecedores		(1.332.317)	748.885
Salários e encargos sociais		774.129	2.592.442
Obrigações tributárias		(214.963)	2.582
Adiantamentos de clientes		(15.276)	51.785
Outras contas a pagar		426.563	
Caixa proveniente das operações		18.916.071	19.278.760
Imposto de renda do exercício	3.c)	(2.489.179)	(3.497.669)
Contribuição social do exercício	3.c)	(951.604)	(1.337.996)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.475.288	14.443.095
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		(8.274.825)	(14.753.507)
Baixa líquida de imobilizado		29.500	
Aquisições do intangível		(7.657.231)	(3.420)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(15.902.556)	(14.756.927)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		(8.274.825)	(14.753.507)
Baixa líquida de imobilizado		29.500	
Aquisições do intangível		(7.657.231)	(3.420)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(15.902.556)	(14.756.927)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital em função da incorporação	12.1	152.850	
Novos empréstimos e financiamentos		8.200.015	4.581.138
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal e juros		(5.746.863)	(2.829.273)
Dividendos pagos - lucro do exercício		(3.624.062)	(4.330.143)
Empréstimos pagos à pessoas físicas ligadas - devolução AFAC		(766.442)	
Caixa líquido (usado) nas atividades de financiamentos		(1.784.502)	(2.578.278)
(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa		(2.211.770)	(2.892.110)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		6.058.292	8.950.402
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		3.846.522	6.058.292

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011. (Valores expressos em reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A SENIOR SISTEMAS S.A. (a seguir designada como "Senior" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede e foro na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

A Senior tem por objetivo o desenvolvimento de programas sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, análise e

desenvolvimento de sistemas, programação de sistemas, licenciamento ou cessão de direito de uso de programa de computação, suporte técnico em informática, comércio varejista de programas de computador, terceirização de serviços – "Outsourcing", consultoria em TI e treinamento em informática. Os principais softwares desenvolvidos e comercializados pela Senior são aplicativos tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e tem por finalidade integrar sistematicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária (cliente), permitindo a criação de fluxos e rotinas de informação que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária (cliente) do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Senior são: recursos humanos, finanças, contábil/fiscal, administração e operações industrial.

A Senior possui filiais em:

- a) Campo Grande – Mato Grosso do Sul;
- b) Porto Alegre – Rio Grande do Sul; e
- c) São Paulo – São Paulo.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, levando em consideração o IFRS das Pequenas e Médias Empresas – CPC PME.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FISCAIS

A Senior observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

a) Apresentação das Contas - Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias, estão classificados como circulante;

b) Critérios de avaliação de ativos:

- Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta corrente: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, e referem-se a aplicações em renda fixa atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

- Contas a receber de clientes: os saldos de contas a receber de clientes estão representados por valores históricos das vendas a prazo. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas pela Administração e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de curto e longo prazo de clientes, com base na taxa CDI, a partir da data da operação.

- Estoques: referem-se a materiais de marketing e de expediente utilizados pela Companhia, não consumidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os estoques estão valorizados pelo custo médio de aquisição.

- Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo: são apresentados pelo valor líquido de realização.

- Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que for baixado.

O valor residual, a vida útil do ativo e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), havia a opção de proceder ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemend cost*), conforme previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Companhia optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que (i) o método de custo, deduzido da provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada pela Companhia é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado esta próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

- Intangível:

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (incorporação) corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas a

Continua valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado do exercício em que foi incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios (incorporação) da Companhia.

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível é revisado no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes de baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Administração entende, após todos os cálculos e estimativas, que nenhuma perda deve ser reconhecida.

- **Passivo circulante e exigível a longo prazo:** são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

c) Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, ambos calculados sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

d) Receitas e Despesas

A Senior auferiu receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica de produto e serviços de treinamento. As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando:

- i) Da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) Todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o cliente;
- iv) A Senior não detém mais o efetivo controle sobre a licença.

As receitas de serviço são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas a evolução tecnológica (manutenção) são faturadas e reconhecidas mensalmente durante a vigência dos contratos com os clientes.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como também, os custos de pessoal envolvidos nesta operação.

O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção é composto, principalmente, de salários de pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a estas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes são registradas como despesas do exercício em que incorrem.

e) Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos duvidosos, estoques, provisão para ativos e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da **Companhia** revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente e é de opinião que não existem diferenças significativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	20.547	14.585
Bancos conta corrente	1.240.650	4.311.804
Aplicações financeiras	<u>2.585.325</u>	<u>1.731.903</u>
	3.846.522	6.058.292

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliário de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CLIENTES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Clientes de curto prazo - circulante	10.514.500	11.800.126
(-) Provisão para devedores duvidosos	(328.703)	(549.343)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(65.843)</u>	<u>(128.271)</u>
Total de clientes de curto prazo - circulante	10.119.954	11.122.512
Clientes de longo prazo - não circulante	1.427.310	173.336
(-) Ajuste a valor presente - não circulante	<u>(203.125)</u>	<u>(33.238)</u>
Total de clientes de longo prazo - não circulante	1.224.185	140.098

6. ADIANTAMENTOS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Adiantamento a consultores	268.368	926.255
Adiantamento a colaboradores (férias)	344.531	498.200
Adiantamento a fornecedores	93.410	203.232
Outras contas a receber	11.109	11.109
(-) Provisão para perdas sobre os adiantamentos	<u>(10.719)</u>	<u>(227.902)</u>
	706.699	1.410.894

7. IMOBILIZADO

a) Demonstrativo de custo de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido

	Taxa de Depreciação	<u>2012</u>			<u>2011</u>
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		1.507.605		1.507.605	1.507.605
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.834	(1.861)	1.973	
Móveis e utensílios	10%	2.009.483	(333.193)	1.676.290	847.964
Veículos	20%	270.750	(30.996)	239.754	29.717
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.272.912	(1.992.586)	2.280.326	1.273.344
Construções em andamento					23.497.521
Edificações	2%	26.553.637	(217.110)	26.336.527	
Instalações	10%	2.117.191	(220.563)	1.896.628	
Máquinas e equipamentos	10%	<u>38.490</u>	<u>(7.052)</u>	<u>31.438</u>	
		36.773.902	(2.803.361)	33.970.541	27.156.151

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

	<u>Saldos em 31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas Líquidas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31.12.2012</u>
Terrenos	1.507.604					1.507.604
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		3.834		(1.861)		1.973
Imóvel rua São Paulo		1.200.356	217	(174.752)	25.310.705	26.336.526
Instalações Computadores e Periféricos		515.179	1.350.842	(541.187)	955.493	2.280.326
Maquinas e Equipamentos		758.166	151.844	(317.359)	(561.212)	31.439
Móveis e Utensílios		847.964	557.040	(153.568)	424.854	1.676.290
Veículos		29.717	270.750	(29.717)	(30.996)	239.754
Construção em andamento	23.497.521	3.972.734			(27.470.256)	
	27.156.151	7.507.400	(29.500)	(1.445.277)	781.767	33.970.541

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Demonstrações financeiras como um todo, a Companhia avalia periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2012.

8. INTANGÍVEL

		<u>2012</u>			<u>2011</u>
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Linhas telefônicas		17.162		17.162	7.577
Marcas e patentes					6.765
Softwares	20%	676.024	(83.119)	592.905	
Ágio aquisição societária		<u>6.964.045</u>	<u>(812.472)</u>	<u>6.151.573</u>	
		7.657.231	(895.591)	6.761.640	14.342

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

	<u>Saldos em 31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas Líquidas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31.12.2012</u>
Softwares		676.024		(83.119)		592.905

Continua					
Marcas e Patentes	6.765		(6.765)		
Direito de uso de Linha Telefônica	7.577	17.162	(7.577)	17.162	
Ágio aquisição societária		6.964.045	(812.472)	6.151.573	
	14.342	7.657.231	(895.591)	(14.342)	6.761.640

O ágio referente aquisição societária, refere-se ao valor pago decorrentes da expectativa de rentabilidade futura das empresas Sul Brasil Sistemas Corporativos Ltda e Apoio Empresarial Comércio em Automação Ltda. Em 01 de maio de 2012 a Senior incorporou estas empresas. Todos os instrumentos societários referentes estas incorporações encontram-se devidamente aprovados em Assembléia Geral Extraordinária e arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credores	Vencimento	Finalidade	% de encargo	Circulante		Não Circulante	
				2012	2011	2012	2011
BNDES	15-02-15	Investimentos em P&D e Eficiações	TJLP+1% a.a.	1.153.005	2.519.045	4.266.613	5.399.666
Finame Banco do Brasil	15-09-22	Aquisição de itens imobilizado	de 2,50% a.a. até 5,7 a.a. +TJLP	66.632	49.478	1.018.195	532.535
Cartão BNDES Arrendamento Mercantil	15-05-16	Aquisição de Itens de imobilizado	0,97% a.m.	178.649	382.026	152.597	54.978
Santander	22-11-15	Aquisição de Veículos	0,88% a.m. a 0,90% a.m.	92.175		156.482	
Ivanir A. Ziliotto e outros	Jan-16	Aquisição participação empresas Apoio e Sul Brasil	CDI	1.226.463		4.129.091	
Totais				2.716.924	2.950.549	9.722.978	5.987.179

Garantias:

BNDES: hipoteca em 1º grau do terreno onde situa-se a matriz da Companhia.

Finame – Banco do Brasil: os próprios bens financiados.

Cartão BNDES: os próprios bens financiados.

Arrendamento Mercantil - Santander: os próprios bens arrendados.

Ivanir A. Ziliotto e outros: garantido por todos os acionistas da Senior através de contrato de Compra e Venda de Participação Societária.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2012	2011
Salários	1.502.210	1.247.552
Participação dos colaboradores no resultado	2.103.206	2.348.994
Provisão de férias e encargos	3.786.877	3.122.281
Contribuição a sindicato	991	13.496
INSS Terceiros	432.918	350.111
INSS LEI 12.546 - Faturamento	222.170	268.567
FGTS	330.423	253.665
	8.378.795	7.604.666

previdenciárias, trabalhistas e cíveis. Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pela administração da Companhia, amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foram constituídas provisões contábeis e estão assim distribuídas:

	R\$
Tributárias (INSS)	815.219
Comerciais (Contratos)	2.029.653
Trabalhistas	495.307
Cível	270.000
	3.610.179

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
IRF a recolher (retido pessoa física)	600.757	327.234
ISS a recolher	233.594	211.681
ISS fornecedores	1.125	15.239
PIS/COFINS/CSLL	30.527	38.082
IRPJ		371.044
CSLL		118.836
COFINS	33.887	32.943
PIS	7.343	7.137
	907.233	1.122.196

a) Tributárias (INSS)

Refere-se a notificação expedida pela Receita Federal do Brasil – RFB referente ao INSS sobre participação nos resultados distribuída a funcionários, sem respaldo em acordo homologado no sindicato. ARFB pleiteia também, multas por preenchimento incorreto de obrigações acessórias.

b) Comerciais

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança de pedido de indenização.

c) Trabalhistas

A Companhia figura como ré em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução horas extras e equiparação salarial e outras verbas trabalhistas.

d) Cível

A Companhia figura como ré em processo movido por prestador de serviço que entende ser devida a cobrança de determinados honorários em função de serviços efetuados por este à Companhia.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. CAPITAL SOCIAL

O capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 14.152.850 (R\$ 1.200.000 – 2011) dividido em 1.213.101 (1.200.000 – 2011) ações ordinárias sem valor nominal.

Em 2012 foram aprovados em assembléia o aumento do capital social com reserva de lucros (R\$ 12.800.000) e também aumento de capital em função da incorporação de empresas adquiridas pela Senior (R\$ 152.850).

12.2. RESERVA LEGAL

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12.3. DESTINAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS

A destinação dos lucros acumulados será objeto de deliberação em assembléia que ocorrerá no exercício de 2013.

12.4. INCORPORAÇÃO

Em 01 de maio de 2012 a Companhia incorporou as empresas Sul Brasil Sistemas Corporativos Ltda e Apoio Empresarial Comércio em Automação Ltda. Todos os instrumentos societários referentes estas incorporações encontram-se devidamente aprovados em Assembléia Geral Extraordinária e arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

O resultado líquido da incorporação foi contabilizado no patrimônio líquido da Companhia, sendo que o resultado líquido desta incorporação foi absorvido na conta de lucros acumulados.

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da empresa em 31 de dezembro de 2012 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização / avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, e contas a pagar:

Os valores contabilizados aproximam-se aos de realização.

(b) Empréstimos e financiamento :

Os empréstimos e financiamentos substancialmente têm suas taxas atreladas à variação da TJLP ou a taxas de mercado e, dessa forma, também se aproximam do valor de mercado. O detalhamento dos empréstimos e financiamentos estão descritos na nota explicativa nº 9.

14.2. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge dos contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de

Continua

Continua flexibilidade financeira. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças. A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito das bases de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e vendas de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado à instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco com taxa de juros

A Companhia apresenta risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis. O endividamento está indexado substancialmente a TJLP e ao CDI, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis.

14.3. Operações com derivativos

A Companhia não opera ou realiza operações com outros instrumentos financeiros que possam ser enquadrados como derivativos financeiros.

15. BENS SEGURADOS

Os valores dos bens segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. A Companhia possui cobertura de seguro para seus imóveis e veículos.

16. RECLASSIFICAÇÕES DE VALORES NO ATIVO E DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE

CAIXADO EXERCÍCIO DE 2011.

A Companhia reclassificou, em 2012, valores entre as rubricas de adiantamentos (ativo circulante) para depósitos judiciais (ativo não circulante). Para manter a comparabilidade das informações entre exercícios, este valor foi modificado também nas demonstrações do exercício de 2011. Esta reclassificação teve impacto somente no ativo e na demonstração de fluxo de caixa.

17. MUDANÇA DE CRITÉRIOS NA CLASSIFICAÇÃO DOS RATEIOS E APROPRIAÇÃO POR CENTRO DE CUSTOS DAS DESPESAS GERAIS, DE SERVIÇOS E DE TECNOLOGIA.

A partir de 2012 a Senior alterou a forma de classificação e rateios das despesas gerais, de serviço e tecnologia. Como a mudança envolveu a criação de novas contas contábeis a partir do exercício de 2012, não é possível refazer toda esta reclassificação e novos rateios de forma retrospectiva, para que a comparabilidade pudesse ser mantida. A Companhia entende que mesmo com esta mudança, que irá vigorar a partir do exercício de 2012, os usuários das demonstrações poderão analisar a demonstração do resultado sem grandes prejuízos na qualidade da informação. Na sequência, abordamos o que cada grupo constante na demonstração do resultado passou a absorver de despesas:

a) Despesas administrativas: absorve todas as despesas relacionadas com a administração da empresa, entre elas as áreas de gestão como: administrativa, financeira, controladoria, desenvolvimento humano e organizacional, tecnologia e sistemas de informação e comunicação, conselho de administração, presidência, entre outros com estas mesmas características;

b) Despesas gerais, de serviços e de tecnologia: absorve as despesas com a manutenção e conservação geral, segurança, energia elétrica, água entre outras despesas comuns, das áreas de despesas operacionais.

18. AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Em 04 de fevereiro de 2013 a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

Carlênio B.C Branco
Diretor Presidente

Jair Pacheco
Contador
CRC SC. 028.779/O-0

Gilvanio Ballmann
Controller
CRC SC. 025.521/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Acionistas de:
SENIOR SISTEMAS S.A.
Blumenau – SC

Examinamos as demonstrações financeiras de **SENIOR SISTEMAS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstração do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SENIOR SISTEMAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Blumenau, 08 de fevereiro de 2013.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC N° 001.059/O-7

Eduardo Zierhold

Contador CRC N° SC-024.001/O-0